



FORMAÇÕES LINGUÍSTICAS DO SUJEITO: as fronteiras entre a Linguagem formal e a Linguagem informal ¹

Josiany Sotolani da Silva*

RESUMO

Este artigo explana sobre as formações linguísticas do sujeito, fazendo uma breve contextualização sobre a linguagem formal e informal, analisados sob a ótica das variedades linguísticas. Também tratamos sobre a linguagem escrita e a falada, mostrando o valor ‘social’ de cada uma. Para, a partir disto, analisar a língua ensinada nas escolas e como ela é ensinada. Sob que ótica? Pretendemos com este artigo mostrar alternativas de se analisar a língua de cada um. Afinal, falamos várias línguas em português, e aqui analisamos brevemente algumas dessas variáveis sob a ótica as sociolinguística.

Palavras-chave: Língua. Variações. Sociolinguística.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende mostrar as dificuldades de expressão dos alunos, que muitas vezes é atribuída à falta de conhecimento das regras gramaticais, desta forma leva-se a refletir sobre uma deficiência que na verdade não existe. Neste contexto, insere-se a noção de variedade linguística: temporais, geográficas e sociais. Cada falante sabe a língua, a sua língua, a que ele fala: a do seu grupo, da sua região, de sua classe social e segundo sua maneira pessoal de interpretar o mundo que o cerca.

¹ Artigo elaborado a partir do trabalho acadêmico apresentado à disciplina de **Metodologia Científica** do Curso de Letras, do *campus* Universitário de Sinop, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2005.

*Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UNEMAT em 2008/2. Cursando a Especialização Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa pelo Curso de Letras da UNEMAT / Sinop (2011/2012).

Valorizando a gramática internalizada, quebra-se o mito de que não sabemos a nossa própria língua e que a gramática normativa é tão somente um conjunto de regras assistemáticas, impregnadas de lacunas.

Pretende-se mostrar que a língua portuguesa, no Brasil, não tem apenas a função instrumental, mas que seja vista do caráter de expressão da cultura brasileira, pois ela é um instrumento de transmissão de ideias, fatos e sentimentos, reconhecendo as peculiaridades das culturas nos fatores locais (rurais e urbanos), pois é o que leva as diferenciações linguísticas verificando que num país como o Brasil, de condições sócio-culturais e áreas geográficas tão diversificadas, os diferentes registros linguísticos são características da nacionalidade de um povo que adota as variantes como intercâmbio natural das relações culturais, pois a língua está sujeita a mutação no tempo e no espaço.

2 LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL: as variações da língua

Embora no Brasil fala-se uma língua única, pelo menos um única que seja padrão, existem inúmeras línguas paralelas, como línguas indígenas, línguas minoritárias de imigrantes de diversas partes do mundo, e há ainda as linguagens regionais, que são dialetos e que podem ser entendidos como variações de pronúncia, vocabulário e gramaticais pertencentes a uma determinada língua. Essas variações não ocorrem somente em regiões diferentes, pois numa determinada região existe também as variações por faixas etárias, sociais, referentes ao sexo masculino e feminino e as estilísticas.

Existem variações que evidenciam o nível social ao qual pertence um indivíduo. Os dialetos mais prestigiados são das classes mais elevadas e, o da elite é tomado não mais como dialeto e sim como a própria 'língua'. A discriminação do dialeto das classes populares é geralmente baseada no conceito de que essa classe por não dominar a norma padrão de prestígio e usar seus próprios métodos para a realização da linguagem, 'corrompem' a língua com esses 'erros'. No entanto, as transformações que vão acontecendo na língua se devem também à elite que absorve alguns termos de dialetos de classes mais baixas, provocando uma mudança linguística, e aí o 'erro' já não é mais erro, e nesse caso não se diz que a elite 'corrompe' a língua.

A camada mais jovem da população usa um dialeto que se contrasta muito com o usado pelas pessoas mais idosas. Os jovens absorvem novidades e adotam a linguagem informal, enquanto os idosos tendem a ser mais 'conservadores', levando-se também em consideração o grau de formação escolar de cada um desses grupos, pois aí acarreta-se outras

variações. Essa falta de conservadorismo característica da fala dos jovens costuma trazer mudanças na língua. Dependendo do ambiente em que o indivíduo se encontra, ele usará a linguagem coloquial, formal ou informal e essa diferença de tratamento faz parte da variação estilística.

O homem, como ser social que é, necessita comunicar-se o tempo todo, atuando como produtor e interlocutor de mensagens, ou seja, criando linguagem. E para que essa comunicação seja perfeita, é indispensável que os interlocutores utilizem um sistema de sinais (os signos linguísticos) organizado e comum a todos. A mensagem a ser transmitida, seja ela qual for, refere-se a um contexto, a uma situação e para que chegue ao receptor necessita de um meio físico concreto (canal de comunicação). Caso contrário a comunicação deixa de existir ou não se completa.

Segundo Terra (2001, p. 114):

A linguagem deve ser estudada em toda variedade de suas funções. Para se ter uma ideia geral dessas funções, é *mister* uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo o processo linguístico, de todo ato de comunicação verbal. O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere, apreensível pelo destinatário (ou em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

A linguagem regional representa problemas que estão mais próximos da pessoa que fala: a dor do homem, a alegria, as suas lutas e as suas belezas etc. Fazendo isso com a limitação de uma linguagem local, que inutiliza a expressão universal e a transmissão objetiva do conteúdo.

Embora seja carregada de preconceitos, pois a linguagem se baseia em uma única língua portuguesa e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. O que não se adequar a esse conceito linguístico é considerado errado, feio, rudimentar e deficiente, além de ser colocado como não sendo português, desconsiderando completamente a linguagem regional, a cultura local, a manifestação popular, os sentimentos de um povo.

Se fossemos pensar que as pessoas que dizem *cráudia*, *chicrete* e *pranta* têm algum “defeito” ou “atraso mental” seríamos forçados a admitir que toda a população da província romana da Lusitânia também tinha esse mesmo problema na época em que a língua portuguesa estava se formando. E que o grande Luiz de Camões também sofria desse mesmo mal, já que escreveu *ingrês*, *pubricar*, *pranta*, *frauta*, *frecha*, na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema *Os Lusíadas*. (BAGNO, 1997, p. 40).

Um exemplo clássico do preconceito linguístico é em relação a fala nordestina; que por ser uma região considerada pobre, de pouco conhecimento adquirido nos bancos escolares é discriminada por sua fala. No entanto, no sul, as pessoas têm o mesmo problema de pronúncias, porém é uma região considerada rica, com maior poder aquisitivo e conhecimento adquirido nos bancos escolares de nível mais elevado, mesmo pronunciando palavras engraçadas, todo mundo acha perfeitamente normal.

2.1 LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM FALADA

Desde nosso primeiro contato com a linguagem formal (escrita), somos incumbidos a acreditar que não sabemos e não conhecemos nossa língua, ou seja, que falamos “errado”; a questão aqui é será que o que nos ensinam na escola como sendo verdadeiro é realmente o que nos atinge em sua totalidade? Se analisarmos severamente a forma como as pessoas comuns falam, como quando vão ao mercado ou conversam, percebemos que não se faz uso da linguagem que nos ensinam as gramáticas.

Quando falamos em linguagem falada ou escrita, devemos analisá-las em duas categorias distintas.

A primeira a ser desenvolvida foi à língua falada, que durante muito tempo foi a forma mais usada para a comunicação do homem. Já a escrita surgiu da necessidade do homem grafar seus pensamentos e os acontecimentos pertinentes à sua época. Mesmo com o surgimento do alfabeto, o acesso a essa variedade da linguagem ainda era reduzido a uma pequena parcela prestigiada da sociedade (aqui se observa que a escrita supõe intenso controle social).

Segundo Cegalla (1998, p. 60):

Não se pode esquecer que a escrita é uma maneira de representar a fala. Em nenhuma língua do mundo essa representação pode ser perfeita, pois a escrita não conta com os mesmos recursos da fala. Escrever não é simplesmente transferir para o papel aquilo que se fala, já que a língua escrita é empregada em condições muito diferentes da falada.

A transcrição da fala mostrou que os falantes usam a variante ‘cultura’ da língua, porém a variante informal e com características próprias da fala. Mas essas transcrições podem gerar problemas se levarmos em conta os sotaques usados pelos diversos falantes de uma mesma variante. Alguma palavra poderia ser transcrita de acordo com o sotaque de um determinado

falante. Um carioca, por exemplo, transcreveria ‘pois é’ diferentemente de um paulista, que usaria ‘pois é’. Em consequência, a transcrição seria lida de forma diferente também. A língua escrita, seja ela formal ou informal, possui certas normas gramaticais que facilitam a leitura de qualquer falante.

As transcrições fonéticas seriam mais adequadas para melhor diferenciarmos os diversos tipos de sotaques existentes. Uma língua só conserva o seu aspecto uniforme enquanto é falada por um pequeno agrupamento de seres humanos. “Quebrados os laços políticos, ou enfraquecida a ação da metrópole, começam logo a surgir diferentes locais, que darão um resultado, no correr dos anos, a formação de dialetos”. (COUTINHO, 1976, p. 28).

2.2 É PRECISO SABER GRAMÁTICA PARA FALAR E ESCREVER BEM?

Ao longo dos séculos houve uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas para descrever e fixar como regras e padrões as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, depende dela. No entanto, no decorrer da história a gramática tornou-se instrumento de poder e controle social, surgindo assim à concepção de que os falantes e os escritores da língua é que precisam da gramática. A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática.

Por esta razão criou-se uma falsa interpretação entre linguagem e gramática, pois se fosse necessário saber gramática para se escrever bem, não teríamos grandes escritores sem conhecimento profundo das normas, e que são considerados referência na literatura universal, como Camões, e todos os gramáticos seriam grandes escritores.

[...] os escritores são os primeiros a dizer que gramática não é com ele! Rubem Braga, indiscutivelmente um dos grandes de nossa literatura, escreveu uma crônica deliciosa a esse respeito chamada o “Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim”. Carlos Drummond de Andrade (preciso de Adjetivos para qualificá-lo?), no poema “Aula de Português” também dá testemunho de sua perturbação diante do “mistério” das “figuras de gramática, equipáticas”, que compõe o “amazonas de minha ignorância”. Drummond ignorante? E o que dizer de Machado de Assis que ao abrir a gramática de um sobrinho, se espantou com sua própria “ignorância” por “ não ter entendido nada”. (BAGNO, 1997, p. 63).

Falar contra a ‘gramatiquice’ não significa propor que a escola seja apenas prática, e não reflita sobre questões da língua. Seria contraditório propor esta atitude. Principalmente

porque se sabe que refletir sobre a língua é uma das atividades usuais dos falantes e não há razão para reprimi-la na escola. O que deve ser observado é a ordem de prioridades. Discutir os preconceitos linguísticos com certeza é mais importante do que fazer análise sintática.

3 LÍNGUA, EDUCAÇÃO E VALORES CULTURAIS

3.1 LINGUAGEM ORAL ENSINADA NA ESCOLA

O ensino da linguagem oral na tradição escolar tem sido compreendido de várias formas. Ele passa por momentos de livre expressão do aluno sobre assuntos pessoais ou variados, por discussões coletivas sobre conteúdos focalizados em sala de aula, por trocas de opiniões, pela oralidade de textos, pela declamação de poemas e até pela oportunidade de problematizar as questões relativas ao grau de formalidade das falas ou a variedade empregada em determinada situação.

Como consequência dessa maneira de compreender o ensino de linguagem oral, tem-se uma prática escolar esvaziada de conteúdo e de objeto de ensino. Uma prática que se baseia no pressuposto de que a escola deve ensinar a falar, mas que se esquece de levar em conta as situações comunicativas nas quais a interação verbal oral acontece acaba sendo despropositada, e não atinge objetivo de ensino algum. Acaba, a oralidade, sendo apenas um meio e não uma outra possibilidade de estudo efetivamente real. Dessa forma, parece que o importante nas atividades de uso da língua oral é ensinar os alunos a falarem bem, com boa dicção e com clareza apenas.

Então, afinal, com o que se deve preocupar, de fato, o ensino da linguagem oral? O que deve ser priorizado no trabalho educativo? Para começar, qualquer mudança nessa prática há de considerar as especificidades das situações de comunicação e dos gêneros nos quais qualquer enunciado se organiza, seja ele oral ou escrito.

Porém, através das diferenças da Língua Oral e Língua Escrita, a prática mostra que, em relação à confusão e má compreensão dessas duas realidades da língua, para falar e escrever bem é preciso além de conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa, saber adequar o uso da linguagem ao contexto discursivo.

3.3 PORQUE A REFORMA DA GRAMÁTICA

Nesse sentido, a reforma da gramática deve ser pensada respeitando valores culturais de toda sociedade. É o momento de começar a refletir que se a gramática não atende a maior parte da população o erro não está somente no povo; lembrando sempre que a estruturação formal da gramática foi a partir da língua em uso, não o contrário. Não podemos excluir totalmente as normas que cercam nossa língua, mas devemos levar em consideração fatores sócio-culturais de um país de grande riqueza e diversidade cultural. A proposta é, que ao invés de julgar e apedrejar indivíduos falantes, atribuindo-lhes adjetivos como ignorante, aculturado, entre outros, deve-se começar a estudar o seu meio e levar em consideração o que o levou a constituir um tipo singular de fala, visando assim construir uma gramática que realmente chegue a população respeitando a sua identidade, tendo assim uma maior eficácia no ensino.

Tentar preservar, impor cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, o que nos obriga a uma crítica do atual processo de renovação [...]. (BAGNO, 1993, p. 39).

Claro que não vamos pensar na falsa ilusão de que as normas deverão ser extintas, a propósito nem deve, o que se supõe é que as normas deverão chegar de fato a uma realidade próxima do sujeito. Deve ser excluído o eruditismo de algumas palavras como, por exemplo, o verbo haver, que hoje em dia é tratado como o verbo ter, quase sempre. É nesse sentido em que a gramática deve ser repensada e chegar mais próxima a realidade da população.

3.4 QUAL O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DA LÍNGUA

“O ensino de português tem sido fortemente dirigido para a escrita, chegando mesmo a se preocupar mais com a aparência da escrita do que ela realmente faz e representa” (GAGLIARI, 2001, p. 96).

Diante desta afirmação questiona-se qual é o papel do professor na formação pedagógica de ensino/apredizagem de língua? Na pedagogia tradicional, cabe ao aluno adquirir o maior número possível de informações com o objetivo de enriquecer sua cultura

individual para, com isso, desenvolver função útil na sociedade; é a transmissão de conhecimentos acumulados no decorrer da história. A figura do professor passa a ocupar o lugar central na sala de aula, cabe a ele transmitir o conhecimento ao aluno, ou seja, o professor assume o papel central e o aluno é meramente o espectador passivo dessa cena.

Na nova pedagogia a ênfase não está no acúmulo de informações, mas nas formas e métodos que possibilitem a chegar a elas. O objetivo passa a ser ensinar os alunos a pesquisar para que possam criar conhecimento, em lugar de recebê-los pronto. Na nova pedagogia, o aluno passa a ter papel ativo e a se situar no mesmo nível que o professor, e relação entre ambos passa a ser democrática.

Com essas observações leva-se a refletir qual a forma adequada, o método a ser aplicado que realmente venha contribuir para a construção do conhecimento. Quando se questiona é preciso saber gramática para falar bem, coloca-se em cheque o método de se ensinar e toda relação aluno/professor/escola. Questiona-se, se a qualidade da educação oferecida é reflexo da qualidade da formação do professor, ou é o próprio sistema que influencia nesse resultado.

[...] ‘alguns linguistas ensaiam uma proposta pedagógica fixada na língua familiar como ponto de partida’ (CASTILHO, 1998), amparada por pesquisa e reflexões acadêmicas. Crêem que a influência do sexo, faixa etária, condições regionais e sociais, pode ser fundamental no reconhecimento do nível de domínio linguístico do aluno, mas não necessariamente determinante dele. (LIMA-HERNANDES, 2002, p. 110).

Porém, o professor continua no meio de um impasse, embora, entenda-se todo o contexto em que vive o aluno, as influências sofridas com a chamada globalização, a linguagem virtual, os problemas sociais de ordem estrutural como família, socioeconômicos, transferência de responsabilidade (da família para a escola), o professor precisa conhecer e aprender a trabalhar com as diferenças. É nesse sentido, questiona-se até que ponto pode-se julgar que a maneira de falar está correta ou errada. Pois, cada grupo (tribo) a que o indivíduo pertence sua comunicação é perfeita, ignorando completamente se há ou não uma língua padrão, ou seja, a norma culta.

3.5 MUDANÇA DE ATITUDE

Não adianta ficar só esperando essa reforma gramatical, é preciso começar desde já a mudar as atitudes, como diz Bagno (2002, p. 117) “é preciso elevar o grau da própria auto-estima linguística”, devemos ter a consciência de que sabemos falar português, que nossa

língua não é difícil e que sujeitos-falantes rurais, suburbanos ou pertencentes a outro grupo que não seja considerado modelo, não são ignorantes.

Temos que começar a levantar questionamento sobre o que a gramática nos propõe, até onde é relevante suas regras. A primeira distinção a fazer, é perceber que a língua, diferente do que nos diz as gramáticas, não é um pacote fechado e imutável, ela está em constante movimento, em permanente transformação.

Bagno (2002, p. 65) cita um exemplo, da **Gramática** de Cipro e Infante, que afirma:

A gramática normativa estabelece a norma culta, ou seja, o padrão linguístico que socialmente é considerado modelar [...] As línguas que em forma escrita, como é o caso do português, necessitam da gramática normativa para que se garanta a existência de um padrão linguístico uniforme[...].

A gramática tem o papel de investigar os falantes cultos, coletar a linguagem usada e descrever de forma clara, para que seja um parâmetro e facilite nosso aprendizado.

A gramática é claro, nos esclarece e nos ajuda no aprendizado, mas temos que levar em consideração que a linguagem usada no século XVIII é bem diferente da usada no século XXI, as gramáticas devem ir se aperfeiçoando e atendendo as necessidades dos falantes de sua época, por isso ela deve ser mutável.

As gramáticas estão cheias de regras que nunca chegaram ao público de fato, ou classes que se contradizem. O que esperamos de fato, é que sejamos entendidos como bons falantes de nossa língua e esperamos que as gramáticas nos auxiliem, e não nos imponham regras, ou que no mínimo que essas regras sejam de fato coerentes entre si.

A proposta de uma nova reformulação do ensino da língua, não fica preso apenas às teorias, ou aos gramáticos, todos devemos repensar numa nova situação gramatical, professores, alunos, pesquisadores, etc., para que tenhamos de fato uma gramática que nos sirva por completo, é preciso reafirmar que as regras são úteis sim, o que se interroga é o preconceito linguístico que trata-se dentro delas. É nesse sentido em que propõe-se uma mudança de atitude, tem-se que ver que todos são sujeitos passivos e conhecedores de sua língua.

A gramática foi feita para sintetizar e melhor entender textos de escritores que conheciam sua língua e não precisaram recorrer a gramática para escrevê-los bem. Pessoas que conhecem as regras gramaticais podem escrever melhor que outras que a conhecem a gramática a fundo, estes são exemplos de que as gramáticas auxiliam de fato, mas não são uma verdade única e incontestável. Isto nos leva a pensar que todos são de fato conhecedores da sua língua materna, independente do grau de informação ou instrução.

3 CONCLUSÃO

Considerando que uma língua não se realiza uniformemente em todo o território em que é usada e, apresenta variedades de ordem geográfica, social, etária, profissional, situacional, podemos concluir que a variação histórica é decorrência natural desse processo de diferenciação. Assim, o conceito de mudança linguística deve ser encarado como resultado de uma grande variedade sócio-cultural, presente em todas as circunstâncias de uso de uma determinada língua.

Este artigo teve como objetivo analisar os diferentes falares tais como a linguagem informal e linguagem formal, padrão e não padrão, linguagem ensinada na escola, etc. A linguagem informal caracteriza-se pela forma de se expressar sem se preocupar com a norma culta, ou seja, com modelos predeterminados e elitizados. Na linguagem regional observa-se a forma característica de expressão de um povo, dotada de sentimentos, valores, culturas, quebrando o mito de que falar ‘pobrema’, não significa que uma pessoa é menos dotada de inteligência ou sofre de incapacidade de aprendizagem. Mas, no entanto, ela sofre do estigma do preconceito social que lhe é atribuído como fazer parte de uma classe de pessoas menos favorecidas ou aculturadas.

Fez-se uma referência entre a linguagem padrão e não padrão ensinada na escola, com o intuito de mostrar se o que é ensinado é devidamente correto, para quem se ensina e porque se ensina quebrando-se os tabus que o importante nas atividades de uso da língua é ensinar os alunos a falarem bem, com boa dicção e com clareza.

Então, afinal, com o que se deve preocupar, de fato, o ensino da linguagem? O que deve ser priorizado no trabalho educativo? Para começar, qualquer mudança nessa prática há de considerar as especificidades das situações de comunicação e dos gêneros nos quais qualquer enunciado se organiza, inevitavelmente, seja ele oral ou escrito.

Desta forma, conclui-se este artigo que, de maneira alguma teve a intenção de criticar a forma de falar ou escrever, se está certo ou errado, mas apenas analisar a grande diversidade e riqueza da nossa língua.

**LINGUISTIC FORMATIONS OF THE SUBJECT:
the frontier between formal language an informal language**

ABSTRACT²

This article explains about the linguistic formations of the subject, making a brief background about formal and informal language, analyzed under the view of linguistic varieties. We also discuss about spoken and written language, showing the value of 'social' of each one. For then, to analyze the language taught in schools and how it is taught. Under which view? We intend with this article show alternatives to analyze the language of each. After all, we speak several languages in Portuguese, and here briefly analyzed some of these variables under the sociolinguistic perspective.

Keywords: Language. Variations. Sociolinguistics.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália, a novela sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**. 10. ed. São Paulo: Spicione, 2001.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: 1998, Nacional.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 1976.
- HERNANDES, Maria Célia Lima. **Domínio de Linguagem I: práticas pedagógicas**. São Paulo: Disal, 2002.
- PERINE, Mario A. **Sofrendo a Gramática: ensaios sobre a linguagem**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- _____. **Para uma nova gramática do Português**. 10.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

²Transcrição realizada pela aluna Josiany Sotolani, do Curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa e revisão pela professora Catichilene Gomes de Sousa (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

TERRA, Ernani. **Práticas de Linguagem & Produção de textos.** Ens. Médio. São Paulo: Scipione, 2001.